



ADAPTAÇÃO CURRICULAR: ESTRATÉGIAS PARA INCLUSÃO DO ALUNO COM BAIXA VISÃO

Leandro Rocha da Silva - UNEB¹
Lívia Guimarães Farias - UNEB²

Resumo

Com a crescente das políticas de Educação Especial no Brasil e no mundo, a questão da adaptação curricular acaba sendo uma das temáticas mais relevantes no contexto da Educação Especial e Inclusiva. Buscamos assim discutir como a adaptação curricular pode ser realizada nos anos iniciais do ensino fundamental para atender às necessidades educacionais e individuais das crianças com deficiência visual do tipo baixa visão. Este é um trabalho de abordagem qualitativa, de revisão bibliográfica o qual utilizamos os artigos que explanavam sobre a temática, publicados entre os anos de 2010 a 2024 nos bancos de dados: Periódicos CAPES, Google Acadêmico e SciELO. O estudo indicou que as estratégias de adaptação curricular são cruciais para a inclusão da pessoa com baixa visão. Salientamos que a utilização de recursos tecnológicos e umas das maiores aliadas para o desenvolvimento autônomo de aprendizagem do aluno e indicamos a ênfase nos estudos sobre modelos, formas e estratégias que contribua para a formação de professores que deem ênfase nas necessidades de aprendizagem do aluno com baixa visão.

Palavras-chave: Adaptação Curricular. Deficiência Visual. Estratégias Pedagógicas. Recursos Tecnológicos.

INTRODUÇÃO

Segundo a Constituição do Brasil, a educação é um direito de todos e um dever do Estado, logo, o acesso à educação deve ser propiciado de modo a considerar as especificidades de cada sujeito aprendiz. Considerando estes fatos, a educação deve promover a inclusão das pessoas nos espaços, nas relações e nas atividades diárias para assim

1 Discente do curso de Pedagogia UNEB DEDC XII <leandrogb9@hotmail.com>

2 Docente UNEB DEDC XII <liviafarias@uneb.br>.



potencializar aprendizado, desenvolvimento e humanidade de todos os sujeitos inseridos nos mais diversos contextos e aqui damos destaque ao contexto escolar. Ou seja, o olhar docente deve ser individualizado e isso é muito desafiador para o profissional, pois exige dele tempo, recursos estruturais, recursos didáticos e disponibilidade emocional – elementos que muitas vezes não estão disponíveis ou sincronizados e isso se torna um dificultador para o processo de ensino e aprendizagem na escola.

Dentre as Políticas Educacionais brasileiras, lançaremos olhar para a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), visto que é este documento que versa sobre garantias de direitos educacionais para as pessoas que se encontram dentro do rol taxativo do Artigo 59 da Lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de pessoas público alvo da Educação Especial.

OBJETIVO(S)

Discutir como a adaptação curricular pode ser realizada nos anos iniciais do ensino fundamental para atender às necessidades educacionais e individuais das crianças com deficiência visual do tipo baixa visão.

METODOLOGIA

Neste trabalho realizamos levantamento bibliográfico, utilizando as seguintes terminologias cadastradas nos descritores: Adaptação Curricular; Deficiência visual; Baixa visão. Foram utilizados como critérios de inclusão artigos científicos específicos na língua portuguesa que explanavam sobre a temática em pauta publicados entre os anos de 2010 a 2024 nos seguintes bancos de dados: periódicos CAPES, Google Acadêmico e SciELO.

Foram encontrados um número de 10 trabalhos com títulos vinculados a temática, sendo 2 em Periódicos CAPES, 6 no Google Acadêmico e 2 na *SciELO*. Após foram feitas a leitura dos resumos e conclusões, sendo que entre esses 10 trabalhos foram selecionados os trabalhos especificados pelo quadro 01:



Quadro 01: Trabalhos encontrados pela pesquisa

Título	Autores	Ano	Banco de Dados
A importância das Adaptações Curriculares na Educação Especial	Fabricia Zanelato Bertolde; Jeanes Martins Larchert	2020	Google Acadêmico
Adaptação curricular e o papel dos conceitos científicos no desenvolvimento de pessoas com necessidades educacionais especiais	Adriane Cenci; Magda Floriana Damiani	2013	Periódicos CAPES
A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares	Eladio Sebastian Heredero	2010	Periódicos CAPES
O aluno cego: preconceitos e potencialidades.	Sylvia Nunes; José Fernando Bitencourt Lomônaco	2010	Scielo

Fonte: Elaborado pelo autor.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva é uma das modalidades de ensino que visa proporcionar ao aluno inclusão no ensino regular. É importante salientar que a educação inclusiva não se trata somente de colocar o aluno com deficiência na sala de aula, ela deve possibilitar sua aprendizagem de forma que este seja capaz de realizar suas atividades de forma autônoma. Segundo Bertolde e Larchert (2020), a educação especial é um ensino universalizado, no qual o aluno é o sujeito de sua aprendizagem, assim é imprescindível a resignificação das práticas pedagógicas, como, em especial, o processo de adaptação curricular.

Para Cenci e Damiani (2013), a adaptação curricular tem uma definição bastante ampla. Podemos dividi-la em duas categorias, sendo elas: Adaptações Curriculares de Grande Porte (Adaptações Extraordinárias ou Significantes) ou Adaptações Curriculares de Pequeno Porte (Adaptações Ordinárias ou Não Significativas). Neste resumo trabalharemos somente



com as adaptações curriculares de pequeno porte ou não significativas, pois abordaremos como o professor pode estar desenvolvendo estratégias para atender às necessidades do aluno com baixa visão.

Segundo Hedero (2010) as adaptações curriculares de pequeno porte consistem em: adequar os objetivos, conteúdos, ou critérios de avaliação; priorizar determinados objetivos, conteúdos, ou critérios de avaliação; mudar a temporalidade dos objetivos e critério de avaliação; introduzir conteúdos, objetivos, ou critérios de avaliação; todas as mudanças necessárias na metodologia. Desse modo, as adaptações decorrem de estratégias didáticas do professor que, ao interagir com o ambiente escolar (sala de aula), o qual mesmo tenha meio para se desenvolver de forma, seja ela individual ou grupal, mas que foque a sua possibilidade de autonomia no processo de escolarização.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tendo em vista esses apontamentos, para realizar as adaptações das quais o alunado necessita para a realização de suas atividades, o professor deve conhecer sobre sua deficiência e suas limitações. Com essas informações, o professor poderá exercer mudanças em toda a sua organização de sala e didática e recursos pedagógicos e ópticos a fim de oportunizar esse aluno meio de aprender.

Ao lidar com o aluno, temos que ter em mente que nem toda limitação da pessoa com deficiência é igual. A respeito da baixa visão, podemos observar variações desde perda de visão centra (não ser capaz de ver as coisas no centro de sua visão) a cegueira noturna (não ser capaz de ver com pouca luz). Esses aspectos que diferenciam as necessidades do aluno devem ser observados para que o professor seja capaz de identificar estratégias e recursos mais adequados. Segundo Nunes e Lomônaco (2010), utilizamos diversas ferramentas e estratégias para promover o desenvolvimento das pessoas. No caso de pessoa com baixa visão, recursos ópticos podem ser empregados para aprimorar o resíduo visual.

Assim sendo, para realizar as adaptações das quais o alunado necessita para a realização de suas atividades, o professor deve conhecer sobre sua deficiência e suas



limitações. Com essas informações, o professor poderá exercer mudanças em toda a sua organização de sala e didática e recursos pedagógicos e ópticos a fim de oportunizar esse aluno meio de aprender.

CONCLUSÕES

Apesar dos desafios enfrentados devido à limitação visual, é crucial destacar que um dos principais obstáculos na vida diária de uma pessoa com deficiência visual é a discriminação, que afeta significativamente sua inclusão social. A falta de adaptações que cause um efeito positivo na sua inclusão em sala de aula tem potencialidade de excluir a pessoa com deficiência visual, devido à sua impossibilidade de desenvolvimento em comparação aos alunos sem deficiência.

A utilização de recursos tecnológicos é aliada para a inclusão da pessoa com deficiência visual do tipo baixa visão, pois contribui com o desenvolvimento autônomo do aluno. Apontamos que alguns conseguem por meio de ferramentas desenvolverem suas atividades normalmente sem grandes adaptações, porém aquele que apresentam nenhuma visão residual ou baixa capacidade de percepção de luz, tenha que utilizar de outras abordagens como recursos didáticos como o livro em Braile ou a leitores de tela.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 30 maio de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BERTOLDE, Fabricia Zanelato. LARCHERT, Jeanes Martins. A importância das adaptações curriculares na educação especial. **Editora Realize**, CONEDU. Maceió – AL. 2020.

Disponível em:

https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD4_SA_ID5167_10092020162208.pdf. Acesso em 30 de maio de 2024.

25 a 27
setembro
2024



POR UMA
UNIVERSIDADE
PÚBLICA,
DIVERSA E
INCLUSIVA

CENCI, Adriane. DAMIANI, Magda Floriana. Adaptação curricular e o papel dos conceitos científicos no desenvolvimento de pessoas com necessidades educacionais especiais. **Revista Educação Especial**, Santa Maria – RS, v. 26, n. 47, p. 713-726, set./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/7675/pdf>. Acesso em: 17 de junho de 2024.

HEREDERO, Eladio Sebastian. A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares; **Acta Scientiarum. Education**; Maringá, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/9772>. Acesso em 30 de maio de 2024

NUNES, S., LOMÔNACO, J.F.B.: O aluno cego: preconceitos e potencialidades. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 14, Número 1, janeiro/junho de 2010: 55-64. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v14n1/v14n1a06>. Acesso em 30 de maio de 2024.